

ALADI/CR/Ata 601  
24 de abril de 1996  
Hora: 10h 05m às 11h 25m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 762).

-Representação do Uruguai. Designação do Senhor Bruno Faraone, Segundo Secretário.

-Representação do Equador. Notificação de nomes de funcionários autorizados para emitir certificados de origem.

3. Comércio de serviços: transporte marítimo (ALADI/SEC/di 741).

4. Assuntos diversos.

-Reunião do Conselho Latino-Americano do SELA e reunião conjunta da ALADI, SELA e CEPAL dos Responsáveis pela Política Comercial.

-Denominação de salas.

-Projeto de acordo de alcance parcial para a harmonização de normas e políticas sobre direitos de obtentores de variedades vegetais.

-----

Preside:

GUILLERMO DEL SOLAR ROJAS

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Hugo Javier Gobbi (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loría Gonzáles (Bolívia), José Artur Denot Medeiros e Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares (Brasil), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Leopoldo Durán Valdez (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez Torres (Equador), Rogelio Granguillhome, Dora Rodríguez Romero, Alberto Rodríguez Bolaños e José Luis Solís (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo del Solar Rojas, Efraín Saavedra Barrera, Agustín Madalengoitía e Pedro Bravo Carranza (Peru), Carlos Zeballos e José Roberto Muineló (Uruguai), Juan Moreno Gómez, e Ariel Vargas (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz e Juan Astiasarán (Cuba).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Jorge Rivero.

-----

PRESIDENTE. Senhores, bom dia.

Em cumprimento dos estatutos, fui convidado cordialmente para presidir a sessão, em ausência do Senhor Presidente, Embaixador Adolfo Castells, a quem não era possível estar presente no início da reunião de hoje.

Pediu a palavra o Senhor Embaixador do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente.

Apenas para manifestar que são dez e cinco; cinco minutos do tempo de tolerância. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Paraguai.

Lamento o acontecido, mas só agora conseguimos o quórum. No transcurso destes últimos cinco minutos alcançamos a presença de pelo menos oito Representações; por esta razão só agora pude dar início à sessão. Muito obrigado por seu comentário, Senhor Embaixador.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Submete-se à consideração dos Senhores Representantes a aprovação da ordem do dia.  
Não havendo nenhuma observação, considera-se APROVADA a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 762).

PRESIDENTE. O Senhor Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETARIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, no documento ALADI/SEC/di 762 estão indicadas as notas e os documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão.

Entre essas notas, Senhor Presidente, cabe destacar, em primeiro lugar, a contribuição para o orçamento da Associação feita pela Colômbia, pagando todo o ano 1996 pelo valor de US\$ 143.434,13. Resta apenas um saldo de custos financeiros para o caso deste pagamento.

Senhor Presidente, como é de costume, mais uma vez agradecemos muito esta contribuição que nos traz um alívio na parte de caixa, no orçamento da Associação. Mais uma vez peço também às Representações para continuarem com mais dedicação ainda no esforço para a contribuição com a finalidade de que não se incrementem tão perigosamente os custos financeiros e os limites de crédito que temos.

Senhor Presidente, logo de publicado o documento ao qual me referi recebemos as seguintes notas: notas:

-Representação do Uruguai. Designação do Senhor Bruno Faraone, Segundo Secretário.

Por nota N° 148 do Uruguai se comunica a designação do Bruno Faraone, Segundo Secretário, ao qual, Senhor Presidente, damos as boas-vindas aos trabalhos desta Associação em nome da Secretaria.

-Representação do Equador. Notificação de nomes de funcionários autorizados para emitir certificados de origem.

Outrossim, a nota N° 20 da Representação do Equador, pela qual notifica nomes de funcionários autorizados para emitir certificados de origem. Esta nota será publicada como documento ALADI/CR/di 555.

-Depósito de Acordos:

Senhor Presidente, geralmente dizemos que ao Tratado de Montevideu há que dar-lhe maior uso e aqui temos um acordo parcial de promoção do comércio entre o Uruguai e o Paraguai, que haveria que destacar como um acordo interessante no uso do campo energético. É um acordo bilateral; tomara que houvesse vários acordos bilaterais com o mesmo propósito; creio que fortaleceria a integração.

Esses eram os pontos, Senhor Presidente, que queria salientar nos assuntos em pauta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Passamos ao ponto 3 da ordem do dia.

3.Comércio de serviços: transporte marítimo (ALADI/SEC/di 741).

PRESIDENTE. A Secretaria-Geral apresenta o documento ALADI/SEC/di 741.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, o Doutor Rivero fará a apresentação do documento.

PRESIDENTE. Cedemos a palavra ao Doutor Jorge Rivero.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Este documento que submetemos à consideração das Representações Permanentes e dos países se inclui em uma linha de trabalho que a Secretaria já vem desenvolvendo desde 1989, quando se fez uma primeira tentativa por reatualizar o Convênio de Transporte por Agua da ALADI, e naquele então a Secretaria propôs estabelecer uma espécie de cabotagem latino-americana que implicasse uma reserva multilateral de carga em favor dos países-membros.

Posteriormente, as mudanças nas políticas nacionais e os progressos nos esquemas sub-regionais fizeram com que esta idéia de cabotagem latino-americana ficasse superada pelos acontecimentos e a Secretaria revisou aquele projeto e apresentou um novo projeto que já recolhia as novas tendências e as novas políticas adotadas pelos países, projeto que foi revisado em uma reunião de autoridades, em março de 1992.

Não obstante, Senhor Presidente, prosseguindo com estes trabalhos, a Secretaria realizou diversos estudos concernentes à prestação de serviços de transporte marítimo, tanto na região como em nível internacional. Entre outros, fizemos um estudo específico sobre o impacto causado pelo aparecimento do container dos tráfegos marítimos, e fizemos outro estudo sobre as tendências que estavam marcando a evolução dos serviços de transporte em nível internacional e onde propúnhamos a conveniência de ver e analisar diversas formas de associação ou de vinculação entre as empresas marítimas da região que lhes permitisse competir no mercado internacional em condições de concorrência efetiva.

Este documento que estamos submetendo à consideração do Comitê, Senhor Presidente, resume, atualiza estes elementos de juízo, incorpora novos elementos que apareceram depois daqueles trabalhos, e põe na mesa, tanto do Comitê como de nossos Governos, estes elementos para as futuras ações que decidam realizar.

Outrossim, Senhor Presidente, no cronograma de trabalho que estabeleceu a Resolução 208 do Comitê de Representantes se determinou que este tema fosse incorporado à agenda do Comitê para ser tratado, pelo qual estamos hoje aqui.

No que diz respeito ao transporte marítimo, analisamos as mudanças estruturais ocorridas no interior da atividade e que modificaram seu comportamento em nível internacional e que incidem em nossas empresas, nas empresas de transporte marítimo da região e nos tráfegos internacionais.

Entre as principais mudanças estruturais -já mencionei-está o aparecimento do container, que significou toda uma revolução no transporte marítimo; significou, como consequência, o desaparecimento progressivo dos navios multipropósito, que conformavam grande parte da frota latino-americana; o transporte marítimo foi até um nível de especialização, onde os navios porta-container foram aparecendo progressiva e rapidamente; eram capazes de absorver um volume maior de carga, muitas vezes cinco, dez vezes maior que a carga que transportavam os navios multipropósito. A operação em portos destes navios porta-containers significa reduzir dois terços do tempo de

travessia que significam os anteriores navios, reduzi-la simplesmente a um dia, dois dias nos portos e isto significou uma redução substantiva de custos.

Além dos navios porta-containers, que levam carga geral, houve uma especialização no transporte: no que diz respeito ao transporte de combustíveis, em navios petroleiros; o transporte de granéis, em navios graneleiros; o transporte de mineral em bruto, em navios totalmente especializados.

Por sua vez, Senhor Presidente, os progressos tecnológicos que ocorreram em diferentes campos da atividade internacional se refletiram também no transporte, e isto significou que as novas embarcações, mais potentes, mais rápidas, utilizassem menos pessoal que as anteriores e também tiveram reduções significativas em seus custos de operação quanto a combustíveis e tempo de travessia.

Paralelamente a estas mudanças, ocorreram mudanças nas políticas nacionais da maioria dos países, entre os países principais com os quais comercia a região, mudanças importantes na política de marinha mercante dos Estados Unidos, na definição de uma política comunitária no âmbito da União Européia, o aparecimento de grandes frotas dos países asiáticos, Japão, e principalmente os países do sudeste asiático, que começam a transportar as cargas que gera seu comércio exterior, que como o vimos teve um crescimento surpreendente nos últimos anos. Além do mais, isso foi feito em um âmbito em que as tradicionais vantagens que se concediam às empresas, como a reserva de carga, os subsídios diretos e tudo isto, fosse desaparecendo e fossem adotados mecanismos mais sofisticados de apoio direto a suas empresas navios para poder competir neste novo cenário internacional do tráfego marítimo.

Paralelamente a isto, na América Latina, no âmbito das políticas de abertura econômica que empreendem os países, cujo objetivo é a expansão de seu comércio exterior, o fortalecimento de suas exportações, na maioria dos países foi eliminada a reserva de carga que garantia uma espécie de mercado cativo às empresas navais da região e que, não importando seu nível de eficiência competitiva no mercado internacional, de todas maneiras tinham garantida uma porção significativa do tráfego que geravam seus países. Mas esta eliminação da reserva de carga na maioria dos países não foi acompanhada por uma política substitutiva de marinha mercante; eliminou-se a reserva de carga, mas ainda subsistem em muitas legislações exigências que a legislação nacional estabeleceu como contraposição esse privilégio da reserva de carga e reserva de mercados. Estas exigências põem hoje as empresas da região -nos países onde esta política não o foi

modificada- em situação de concorrência não eqüitativa no mercado internacional. Não tenho as cifras aqui, Senhor Presidente, mas a diminuição da frota naval dos países da região nos últimos anos é surpreendente; em alguns países desapareceu ou está a ponto de desaparecer. Isto provocou que para que os empresários pudessem competir tiveram que arvorar suas naves com bandeiras de conveniência, ou em outro tipo de mecanismo, porque é impossível com as exigências que a legislação estabelece, competir na atualidade em um mercado onde a tendência é a redução dos fretes e onde a concorrência é cada vez mais acentuada.

Há também outro aspecto dentro desta evolução do transporte marítimo em nível regional, internacional, referente à gestão, o empresarial.

Lamentavelmente, a maioria das empresas navais de nossos países não perceberam, não receberam os sinais do mercado internacional nas mudanças estruturais que vinham ocorrendo, já que gozavam do privilégio da reserva de carga em seu respectivo mercado, e esse privilégio não tinha importância em nível de eficiência que as empresas tiveram, pois dava-lhes utilidades. Paralelamente, as empresas dos países industrializados, dos novos países industrializados começaram a definir uma política global, uma visão global dos tráfegos internacionais, a prestar serviços independentemente do conceito de bandeira ou de país, e a prestar serviços segundo os fluxos do comércio internacional e onde podiam ter rentabilidade ao participar desses tráfegos.

Esta situação intrínseca à evolução do transporte marítimo, muito resumidamente, Senhor Presidente, mostra-nos um quadro onde nos últimos dez anos a mudança foi qualitativa, substitutiva e que, em definitivo, nossos países deveriam reagir de modo a poder atender estes sinais do mercado, a estas mudanças de mercado e à conveniência ou não de promover uma frota de marinha mercante nacional ou regional.

Paralelamente a isto, Senhor Presidente, nos esquemas sub-regionais de integração houve também progressos importantes. Os países-membros do Acordo de Cartagena adotaram a Decisão 314, pela qual liberaram o acesso às cargas e aos tráfegos de mercadorias a todas as empresas dos países da sub-região e, ao mesmo tempo, liberaram esse acesso a empresas de terceiros países. Esta decisão baseia-se no princípio de reciprocidade; adotou-se um regulamento específico sobre uma definição comum de aplicação do princípio de reciprocidade e estão sendo analisadas neste momento diversas normas que vão ao encontro do que em um momento pôde ter sido uma política de liberação de mercado, mas que não teve os elementos suficientes como para, paralelamente,

ir promovendo o desenvolvimento da própria marinha mercante dos países do Grupo Andino.

No âmbito do Grupo dos Três e no Tratado de Livre Comércio se incluiu o transporte marítimo, os países acordaram a liberdade de acesso a seus tráfegos e cargas dentro da aplicação do princípio de reciprocidade e do princípio de equilíbrio global das concessões, mas não está prevista a abertura para terceiros.

No âmbito dos países que integram o MERCOSUL vem sendo discutido um projeto de acordo multilateral entre esses países; ainda não há consenso sobre um projeto único, há posições diferentes dos países; o tráfego marítimo se rege pelos acordos bilaterais preexistentes ou, caso não exista um acordo, pela legislação nacional. Os países do MERCOSUL encararam trabalhos orientados ao estabelecimento de um registro sub-regional de embarcações que permita liberar as exigências que a legislação nacional, como mencionei antes, impõe às empresas navais dos diferentes países.

Por outro lado, Senhor Presidente, no âmbito da Conferência de Ministros de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da América do Sul foi criado um grupo de trabalho sobre transporte marítimo, que se reuniu em abril de 1994, coordenado pelas autoridades de transporte da República Oriental do Uruguai, e nessa ocasião as autoridades analisaram, o que veremos mais adiante, o projeto de acordo que tinha sido visto aqui pelas autoridades de transporte marítimo em 92; um grupo de países queria avançar nas negociações sobre esse projeto, e outro grupo de países manifestava a conveniência de esperar que fossem concluídos os avanços sub-regionais para então poder encarar a viabilidade de um projeto de acordo em nível regional. O projeto continua sendo considerado, e o grupo estabeleceu uns critérios básicos que logo foram aprovados pela Conferência, para prosseguir com os trabalhos.

Como os senhores podem ver, os critérios que mencionarei a seguir coincidem plenamente com as políticas adotadas pelos países -não podia ser de outra forma- mas também com as tendências internacionais. Os critérios estabelecem que deve pensar-se na liberdade de acesso às cargas e aos tráfegos, na definição comum e aplicação do princípio de reciprocidade efetiva, nas condições operacionais que incidem no desenvolvimento da marinha mercante -aqui atendemos todos aqueles fatores que hoje incidem negativamente nesse desenvolvimento- com os mecanismos para tratar situações derivadas de práticas monopólicas ou de práticas restritivas, ou desleais, e também em um fato que a nosso critério é de fundamental importância, que são as condições que se devem dar para melhorar a inserção e a competitividade da marinha mercante da região nos tráfegos internacionais.

Estes critérios, Senhor Presidente, como os avanços sub-regionais que mencionei, coincidem com a proposta, como projeto de acordo discutido aqui na reunião de autoridades de transporte marítimo, mas também de 1992 até a data houve elementos novos e progressos substantivos que incidem em uma revisão desse projeto e, principalmente, para contemplar mecanismos que permitam fortalecer e promover as empresas navais dos países da região. Não apenas liberalizar, que em muitos casos é pôr as empresas em condições de concorrência não eqüitativa, mas ao mesmo tempo fortalecer a marinha mercante regional.

Por outro lado, Senhor Presidente, assistimos nos últimos anos a conclusã~o da Rodada Uruguai. Neste âmbito da Rodada Uruguai foi assinado o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços. No âmbito deste Acordo vários países da Associação assumiram compromissos em matéria de transporte marítimo, compromissos muito reduzidos, que têm explicação pela evolução da Rodada e pela evolução do tema do transporte marítimo no âmbito da Rodada e que lhes contarei a continuação. Incluímos estes compromissos no quadro anexo ao documento que apresentamos, onde se refletem as exceções ao artigo segundo, os compromissos horizontais e os compromissos específicos que assumiram os países em determinadas atividades.

Ao concluir a Rodada, os Ministros decidiram estabelecer um grupo de negociações sobre transporte marítimo para prosseguir com estas negociações que não puderam concluir-se no momento de concluir o Acordo. Como salientamos no documento, Senhor Presidente, os avanços nas negociações não foram substantivos e a causa principal é que ainda não se conseguiu que os Estados Unidos formassem uma oferta concreta de negociação que pudesse ser acompanhada pelos demais países. Cabe mencionar aqui que este foi um dos temas onde os Estados Unidos, quando insistiram em iniciar uma rodada de negociações em matéria de comércio de serviços, o transporte marítimo era um dos temas que fazia parte desta agenda e depois os Estados Unidos se retiraram diretamente da negociação; embora estivessem participando do grupo, não formalizaram uma proposta concreta. Isto provocou que os países da União Européia e os países da Ásia instassem os Estados Unidos a fazerem propostas concretas neste sentido, ou veríamos quando concluir o prazo, em junho de 1996, poderia suceder que não existisse um acordo sobre a matéria.

Estas negociações são importantes para os países da região, Senhor Presidente, já que a maioria deles abriu seu mercado; a maioria deles tem políticas que permitem o acesso a suas cargas e tráfegos de empresas de terceiros países e então, a conclusão de um acordo multilateral poderia ser muito benéfica para estes países.

Por outra parte, Senhor Presidente, todos sabemos que estamos no processo de negociação, ou pré-negociação para o estabelecimento de uma área de livre comércio das Américas; acaba-se de aprovar em Cartagena os termos de referência para um grupo sobre comércio de serviços; há dez dias se reuniram em Santiago do Chile os Ministros de Transporte do Hemisfério e aprovaram princípios e critérios para a negociação hemisférica na área dos transportes, a infra-estrutura e as telecomunicações. E cabe assinalar aqui que mais de 90 por cento do comércio exterior de nossos países com os Estados Unidos é efetuado por meio marítimo. Este será então um dos serviços que evidentemente será considerado dentro destas negociações.

Para concluir, Senhor Presidente, na Secretaria-Geral pensamos que se os países estivessem de acordo, se o Comitê assim decidisse, talvez seria conveniente convocar, até fim de agosto deste ano, uma reunião de autoridades de transporte marítimo onde se pudesse apreciar, multilateralmente em nível da ALADI, os resultados das negociações em Genebra, onde pudesse apreciar-se também os progressos obtidos nos esquemas sub-regionais de integração, que são importantes neste momento e que aproximam muito as posições dos países, e, se fosse o caso, nesse momento poderia ser revisado o anteprojeto de acordo que está em consideração dos Governos, ou, que fossem estabelecidas as pautas técnicas e políticas que permitissem prosseguir com a ação da Associação e dos diferentes grupos nesta matéria.

Senhor Presidente, este seria o breve comentário e a breve apresentação que eu teria que fazer sobre o documento que submetemos à consideração do Comitê e dos países e tratei de apresentar-lhes resumidamente os principais elementos deste documento. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Doutor Rivero. Pergunto se algum dos Senhores Representantes deseja fazer alguma pergunta ou solicitar maior informação do Doutor Rivero, antes de dar por concluído este tema. A Representação da Argentina tem o uso da palavra.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, desejaria agradecer à Secretaria pela apresentação deste valioso documento e pensamos que este início de apresentação de estudos é muito importante para todos nós, pois é muito ilustrativo.

A primeira pergunta que me surge é que desde 92 até agora as políticas nacionais se adequaram a uma situação internacional absolutamente diferente, que é a da abertura das políticas nacionais em matéria de transporte marítimo.

Se esta é a tendência, certamente o projeto de 92 teria que ser novamente considerado ou readequado.

Por outro lado, em nível sub-regional -como manifestou a própria Secretaria- ainda não estão definidas as pautas em algumas das sub-regiões, em particular me refiro ao caso do MERCOSUL, o que implica que seria prematuro falar de alguma reunião do mês de agosto, quando ainda não temos claro quais são as posições das diferentes sub-regiões.

Por outro lado, no caso do Pacto Andino e no caso do Grupo dos Três, vemos que as políticas são diferentes quanto aos acordos obtidos internamente.

Creio que o que a Secretaria propõe dessa análise para o mês de agosto, a qual seria uma contribuição atualizada que a Secretaria deveria dar, sobre qual é a situação internacional, quais são as novas tendências, qual é a evolução dos acordos sub-regionais. E uma vez que emita algo atualizado, no mês de julho-agosto, então aí, com base nessa nova informação, avaliaríamos a conveniência ou não do chamado a uma reunião no âmbito da região.

Por outro lado, gostaria de saber se a tendência é orientada a uma liberação do transporte marítimo, qual é a atitude dos acordos regionais. Porque os acordos de integração têm como propósito liberar o que não está liberado; mas se está tudo liberado, eu não sei o que liberaremos. Se atuarmos no sentido inverso: proteger, estamos indo contra as políticas nacionais de liberar. Portanto, vejo que existe uma contradição entre o que se pretende fazer em nível de acordo regional e o que está sendo feito em nível nacional.

No caso, por exemplo, da União Européia, seria útil ver que é o que fazem em nível nacional e o que lograram fazer em nível regional.

Creio que no caso da América Latina estão ocorrendo mudanças muito avançadas e todos os anos estamos vendo uma abertura mais profunda e mais ampla em todos os setores da economia. Portanto, creio que teríamos que pensar muito bem no tipo de acordo que será feito; porque se este acordo significa retroceder quanto à abertura que fizeram nossos países, creio que não existirá consenso para lográ-lo. Agora, se é para proteger algo que todos estamos dispostos a proteger em nível de política nacional e queremos liberar em nível regional, é válido como eram as reservas de carga; as reservas de carga no fundo é: "eu fecho a todo o mundo, mas faço uma pequena reserva para a região". Esse era um pouco o princípio genérico.

Por isso creio que teríamos que continuar estudando este tema; a Secretaria poderia continuar avançando na atualização do documento que nos deu hoje, para o mês de agosto, e ali avaliar, novamente, com base nesse estudo, a oportunidade ou não dessa convocação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Argentina. Considero seus comentários sumamente importantes e interessantes. Estou certo de que a Secretaria-Geral os levará em conta na avaliação deste tema.

Representação da VENEZUELA (Juan Moreno Gómez). Senhor Presidente, estive escutando, enquanto o Doutor Ribero apresentava sua mensagem quanto à proposta, e escutei com muitíssima atenção o que disse o Senhor Representante da Argentina.

Ocorre-me, como uma idéia de solução -não sei se interpretarei a Secretaria no projeto- dado que todos assinamos a Rodada Uruguai, e ao assinar a Rodada Uruguai nos comprometemos no Acordo Geral sobre Serviços a começar a liberação, e dado que -como bem indica o Representante da Argentina- estamos por Decisão 314 mais avançados na liberação das reservas de carga e demos dentro do Grupo Andino a possibilidade de que qualquer nacional que contrate com qualquer armador um barco sob qualquer das bandeiras "criollas", possa ser tipificado como barco nacional para as operações.

Então, ao estarmos mais avançados, estando, como diz o MERCOSUL, em período de adaptação de suas legislações para poder apresentar uma unidade, e dado que temos o compromisso junto ao GATT, penso que se fizermos um mini acordo, o que estamos fazendo é uma precautelação frente à obrigação maior do GATT, amparando-nos na possibilidade da cláusula de isenção que temos como ALADI em caráter geral frente ao GATT.

De modo que isto seria uma espécie de tempo que ganharíamos para os efeitos de não ter que estender um processo de liberação geral às cargas, enquanto -como dizia o Embaixador da Argentina- terminamos de definir se faremos alguma reserva, se protegeremos, se voltamos atrás, devido às situações internas que temos.

Então, ocorre-me apenas apresentar a idéia de que se dispomos da cláusula de isenção que nos dá o fato de ser uma associação de integração no GATT que firmamos cada um dos países o acordo sobre serviços e que estamos frente à oportunidade de poder fazer um pequeno trabalho aqui harmonizando as duas alternativas,

gostaria de examinar um pouco a idéia e deixo em mãos da Secretaria.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante da Venezuela.

Outrossim, estou certo de que a Secretaria-Geral acolherá sua proposição e a avaliará devidamente porque lhe corresponde, justamente, ir recolhendo todas estas iniciativas que os senhores forneçam e que também se verá enriquecida pelos dispositivos que nacionalmente em cada país se foram expedindo e em cada região se veio avançando nesse mesmo setor. De maneira que a Secretaria-Geral terá que desempenhar um papel importante para nos apresentar, em seu momento, uma proposição que podemos debater oportunamente.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Senhor Presidente, interpretamos o excelente trabalho que fez a Secretaria em matéria de transporte marítimo como um trabalho vivo em termos que merecerá, certamente, um acompanhamento, uma maior análise, uma continuidade no trabalho de investigação, que inclusive se incorpora dentro do próprio documento.

Para nós é importante que isto seja assim uma vez que no texto, Senhor Presidente, nas reflexões feitas pelo Doutor Ribero, não vemos ainda com toda claridade onde é que se apresentam os avanços em matéria de liberalização do transporte marítimo, e isto é evidente que não se dá no âmbito da ALADI.

Vemos os maiores progressos em matéria de liberalização de transporte marítimo localizados em outras latitudes: vemos na Bacia do Pacífico, vemos na Europa, e de maneira mais próxima vemos no Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que tem uma riqueza muito ampla em matéria de transporte marítimo relacionado com sua liberalização, inclusive com aspectos específicos para diferentes tipos de carga, de bens, de transporte de carga automotriz, por exemplo, não têm um capítulo muito avançado.

Que ocorre? Que os compromissos que temos derivados da Rodada Uruguai na OMC nesta matéria, na, ~o deixam de ser muito limitados; é um acordo muito pequeno em matéria de liberalização. E em geral todos os acordos sub-regionais, regionais, de integração, em todo o mundo, vão além: eu diria vão muito além dos compromissos adotados na OMC; e eu já dei alguns exemplos.

Creio que deveríamos fazer, ou seja, a Secretaria deveria fazer uma análise do que está ocorrendo em outras latitudes e poder, com base nisto, refletir até onde poderemos chegar no âmbito da Associação.

Gostaria também de ver, talvez em uma segunda versão, no prosseguimento deste trabalho que eu denomino que deveria ser um trabalho vivo, não apenas os progressos que mencionei, senão uma avaliação exata e precisa do que está ocorrendo na ALADI, que é o que está ocorrendo na América Latina, e refletir, eu diria, de uma maneira muito clara e muito honesta os retrocessos graves que estão ocorrendo em nossos países, onde a liberalização da reserva de carga por algum dos países-membros está -o Dr. Ribero os conhece perfeitamente- condicionada a uma série de variáveis que muitas vezes dão insegurança aos agentes econômicos.

E, o mais grave, Senhor Presidente, é que independentemente da liberalização da reserva de carga, alguns de nossos parceiros mais importantes aplicam medidas em contraposição de caráter fiscal não apenas contra os compromissos assumidos bilateralmente no âmbito da ALADI, senão inclusive em nível regional.

Ocorre o caso, Senhor Presidente, da aplicação de medidas fiscais, como impostos adicionais ao frete, que distorcem de maneira muito importante as correntes de comércio e, logicamente, não oferecem segurança a nossos agentes econômicos e logicamente tampouco têm nada a ver com os compromissos da liberalização, já não do comércio de serviços: do simples comércio.

Gostaríamos, então, de ver uma nova versão do documento que nos diga onde estão os avanços que não ocorrem aqui e, de uma maneira até honesta, onde estão os graves retrocessos que demos aqui, em nossa região. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México. A Secretaria-Geral recolherá seus valiosos comentários a fim de preparar um novo relatório, que será submetido oportunamente à consideração do Comitê.

Representação do BRASIL (Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, brevemente, para poucos comentários.

Em primeiro lugar queria agradecer a apresentação que fez o representante da Secretaria do documento sobre transporte marítimo, certamente um documento informativo muito útil, que será examinado como corresponde em nossa capital.

Queria apenas fazer referência à proposta oral do representante da Secretaria quanto a convocar uma reunião aqui na ALADI para tratar este tema. A esse respeito, apoio a posição da Argentina no sentido de que consideramos prematura esta proposta quanto à convocação de uma reunião; temos que saber o que essa reunião

tentaria fazer. E como bem nos recordou o próprio representante da Secretaria, nós na sub-região do MERCOSUL continuamos considerando a possibilidade de um acordo quadro de princípios sobre transporte marítimo. Até que isso se concretize, creio que o Brasil teria grandes dificuldades com apoiar uma negociação de qualquer natureza em nível regional da ALADI.

Por outro lado, como fez lembrar também o representante da Secretaria, há um grupo de trabalho em nível da Organização Mundial de Comércio que está trabalhando, aparentemente sem grandes progressos, mas aí não como conseqüência de políticas de nossa região, mas sim de políticas das grandes potências comerciais, como os Estados Unidos.

Então, tudo isto faz com que até que não vejamos com maior clareza o que ocorre em nível da Organização Mundial de Comércio, cremos que seria muito difícil avançar em nível de um acordo ou em nível regional na ALADI.

Então, com essas duas condicionantes, que são importantes, nós -logicamente concordaríamos com o sugerido pelo México ou pela Argentina- estaríamos de acordo com que o trabalho da Secretaria continuasse no sentido de apoiar essas tendências sub-regionais e internacionais neste campo do transporte marítimo e manter este Comitê e a nós atualizados neste trabalho de monitorização das tendências de negociação em nível, em nosso caso, do MERCOSUL e, no caso internacional, da Organização Mundial de Comércio. Mas, reitero, consideramos prematura a convocação de uma reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos o Senhor Representante do Brasil por seus comentários, os quais deverão ser devidamente levados em conta pela Secretaria-Geral na preparação de um novo relatório.

Na,~o havendo nenhuma outra Representação solicitado o uso da palavra, queremos finalmente agradecer ao Doutor Jorge Rivero a excelente e clara exposição sobre este tema. Invocamos mais uma vez a Secretaria-Geral para que, levando em conta os valiosos comentários dos Senhores Representantes que fizeram uso da palavra, vá estruturando e analisando um novo relatório, o qual será oportunamente submetido a consideração do Comitê de Representantes.

Passamos ao ponto seguinte da ordem do dia.

#### 4. Assuntos diversos.

-Reunião do Conselho Latino-Americano do SELA e reunião conjunta da ALADI, SELA e CEPAL dos Responsáveis pela Política Comercial.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Senhor Presidente, o Senhor Secretário-Geral, na reunião anterior do Comitê, comentou que estava em conversações com a Secretaria Permanente do SELA em preparação da reunião do Conselho Latino-Americano, aqui na sede da ALADI.

Nossa Representação desejava saber, Senhor Presidente, se o Senhor Secretário tem alguma informação adicional. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Cedemos a palavra ao Senhor Secretário-Geral para responder o pedido do Senhor Representante do México.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, tenho ademais dois assuntos sobre este ponto, além do esclarecimento que pede a ilustre Representação do México.

Tivemos uma reunião, dia 17, na Chancelaria do Uruguai, com o Vice-Chanceler, Senhor Carlos Pérez del Castillo, vários funcionários da Chancelaria com Moneta e com o pessoal da Secretaria, já pensando na preparação, inclusive logística, da reunião.

Chegou-se aí a uma data tentativa que será consultada: seria de 21 a 25 de outubro.

Discutiu-se também qual seria a forma desta reunião. Na realidade, seria de 22 a 25 de outubro, na segunda quinzena de outubro.

A idéia é relacionar esta reunião com a de Singapura e também fazê-la depois de outra, cuja data ainda não temos, das autoridades de política comercial no âmbito da ALADI, CEPAL e SELA.

Falou-se da idéia de fazer no primeiro dia um painel convidando personalidades porque em primeiro lugar se viu que o tema chave da reunião seria o comércio, o tema dominante, e também, com base nisso, uma apresentação, uma discussão da nova estratégia no âmbito do SELA, ou seja, do programa de trabalho do SELA; seriam dois trilhos da reunião.

Falou-se que na reunião do SELA se apresentam muitos documentos sobre vários assuntos; há um grande volume de assuntos, mas houve consenso aí em recalcar esses dois pontos: primeiro, centralizar a reunião nos temas de comércio, tendo em vista todos os processos multilaterais, sub-regionais; e a partir daí temos um pouco mais definida, mais concreta, uma nova estratégia de ação do SELA.

Falou-se também de que nessa reunião seria feito um painel, no primeiro dia de manhã, convidando personagens importantes dentro desse tema, como seria da UNCTAD, da OMC, e do BID, e algumas pessoas de grande capacidade em termos acadêmicos e simultaneamente experiência na operação dos temas de comércio.

Foram considerados alguns nomes, os titulares desses organismos que mencionei, e isso seria uma forma de dar outra dimensão.

Falou-se também de fazer algumas reuniões paralelas, reuniões mais específicas, dentre as quais se destacava a necessidade de mobilizar, de algum modo, os empresários privados em uma dessas reuniões.

Sobre esse ponto a dificuldade que se viu foi a disponibilidade de sala. Logicamente ficou acordado que a reunião seria aqui, na Sala Cisneros, a assembléia, a parte mais importante, seria aqui e como sempre poríamos a experiência e a capacidade da Secretaria, inclusive com base na experiência, já muito clara, que tivemos da reunião da Comissão Especial do Comércio da OEA, porque o número de pessoas e inclusive até o número de países presentes é o mesmo caso que naquela reunião, um pouco menor porque nesse caso do SELA não estariam os Estados Unidos e o Canadá. Então discutimos as questões materiais e ficou combinado que um funcionário do SELA viria para coordenar a parte logística. Nossa cooperação não terá maior impacto orçamentário porque será o tempo de nossos funcionários e nada mais, aos demais custos o SELA responderá, os custos de tradução, etc., seriam custos que corresponderiam ao SELA, a Chancelaria outros custos assumiria, como os custos de recepções e as operações de aeroporto, etc., toda parte protocolar, extra sala da ALADI, extra edifício da ALADI.

Pretendia-se dar a esta reunião uma dimensão de caráter inclusive político, porque seria uma forma de mostrar uma nova etapa de coordenação entre os organismos regionais e, ao mesmo tempo, um esforço talvez com uma nova conotação de entendimento entre os países da ALADI nas grandes questões mundiais, regionais e de seu próprio âmbito. De tal modo que esse foi um tema falado e se anotou que o Uruguai, particularmente através de sua Chancelaria, poria especial empenho. Falou-se naturalmente da participação do Presidente da República Oriental do Uruguai na inauguração da reunião e também se falou da necessidade da própria ALADI, através de sua representação, em sua Chancelaria, pôr especial empenho para que esta reunião com esta conotação de um esforço maior de coordenação entre os vários âmbitos em que nossos países participam, fizessem grande empenho para que a assistência a esta reunião fosse do mais alto nível possível. Esta é a informação que temos, Senhor Presidente.

Recalco que ainda não temos definida a data, que é uma coisa que vou falar com Moneta, da reunião que se supõe que será preliminar a esta, que seria a reunião de Responsáveis pela Política Comercial, que já estamos na terceira ou quarta no âmbito da ALADI, CEPAL, CELA.

Outro ponto importante também, Senhor Presidente, que se me escapou da memória é que nesse momento haverá também uma reunião dos organismos encarregados da integração, ou seja, ALADI, SIECA, CARICOM, CEPAL e, naturalmente JUNAC, Seria um organismo que seria convidado como observador à reunião do SELA, do Conselho do SELA. E, ao mesmo tempo, faríamos reuniões entre nós para coordenar as ações, uma reunião mais bem de coordenação, principalmente tendo em consideração a assistência aos países, não apenas na articulação entre os processos de integração, como também na negociação em que os países estão realizando em vários âmbitos; inclusive atendendo apoios que eventualmente venham ser requeridos no âmbito das negociações hemisféricas, no âmbito do Grupo do Rio. Emfim, todos esses novos âmbitos e novos cenários que estão configurando e que os países têm que pôr seus requisitos e estabelecer suas negociações. Esse é outro ponto também muito importante que daria a esta reunião um caráter diferente, mais avançado com relação às outras reuniões do Conselho Latino-Americano do SELA.

Com isso creio que terminei, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Antes de que o senhor prossiga com os outros assuntos que tinha interesse em expor ao Comitê e tratando-se de que está dando uma resposta ao Senhor Representante do México, cedemos a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Senhor Presidente, apenas para agradecer a informação que nos deu o Senhor Secretário-Geral; mas ocorre, Senhor Presidente, que também esta Representação tem dois "outros assuntos", assim como o Secretário. Não sei se o senhor quer que eu apresente o segundo tema que queríamos tratar agora ou depois da intervenção do Senhor Secretário-Geral, deixo a seu critério.

PRESIDENTE. A Representação do México pode prosseguir no uso da palavra para tratar os outros assuntos.

-Denominação de salas.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Obrigado, Senhor Presidente; é algo muito simples, mas não por isso menos importante.

A apresentação e proposta que a Representação da Venezuela no sentido de que uma das salas, a Sala B da Secretaria, recebesse o nome de um distinto mexicano, e ainda mais, um distinto latino-americano, que deu, entregou e deixou sua vida aqui em Montevideú, trabalhando em benefício da integração. E digo um distinto mexicano quase, Senhor Presidente, entre aspas porque ele considera o Uruguai, não como sua segunda Pátria, como sua Pátria. Ele nos dizia -foi meu amigo e meu mestre na Universidade- que havia nascido em Durazno e, como todos sabemos, ele nasceu no México.

Enfim, Senhor Presidente, desejava retomar este tema; agradecer profundamente em nome da Embaixada do México, em nome da Representação Permanente do México junto à ALADI, à distinta Representação da Venezuela esta honrosa proposição em memória de Vicente e sugerir-lhe, Senhor Presidente, com todo respeito, que já se fizesse uma gestão para que na próxima reunião do Comitê de Representantes pudéssemos, com base em uma decisão formal do Comitê, tomar esta decisão de que a Sala B recebesse o nome de Vicente Muñiz. E, logicamente, estar preparados em nossa Embaixada, em nossa Representação para que pudéssemos fazer aqui, em memória de Vicente, uma festa com mariachis, com "tacos" e com tudo o que o senhor desejar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México. Consideramos que o pedido inicialmente feito pela Representação da Venezuela e apoiado amplamente pela Representação do México poderia ser talvez devidamente canalizado apenas como procedimento, através de um documento acompanhado do curriculum vitae, sobre a valiosa contribuição do Senhor Vicente Muñiz nesse processo de integração latino-americana e assim, desta maneira, opino que seria o mecanismo, possivelmente, mais adequado para que este tema seja incorporado em uma próxima agenda do Comitê de Representantes.

Proponho protocolizarmos o pedido apresentado pela Representação da Venezuela para dar o destino, diríamos, de maior consistência e de maior importância a este fato relevante, pois cremos que o Senhor Vicente Muñiz bem merece.

Representação da VENEZUELA (Juan Moreno Gómez). Senhor Presidente, eu proporia, antes de fazer a apresentação formal, que o senhor autorizasse a criação de uma pequena comissão,~o composta pela Argentina, Venezuela e Uruguai, de modo que pudéssemos intercambiar opiniões, pois existe também um pedido muito velho aqui para uma pessoa que também merece e nos resta uma sala desocupada. De modo que, antes de expressar algo,

gostaria de que o senhor autorizasse a formação dessa comissão,~ o para estudar o tema. Obrigado, Senhor Presidente.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Senhor Presidente, vemos com muita simpatia a proposta da Representação da Venezuela de dar a uma sala o nome de Vicente Muñiz; por motivos objetivos, quanto a destacar a personalidade de Vicente Muñiz, e por motivos subjetivos porque era um grande amigo.

Entendemos que pode existir outras propostas e nos inclinaríamos por apoiar o que propõe o Senhor Representante da Venezuela, de formar um pequeno grupo para analisar o tema. Nada mais, muito obrigado.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, tive o privilégio de conhecer o Embaixador Vicente Muñiz e seu desempenho dentro deste Comitê, e creio que evidentemente é digno de qualquer elogio. Não obstante, entendemos que não pelo fato de existir duas salas sem nome tenham que ocupá-las exclusivamente com Representantes que passaram por aqui e que lamentavelmente deixaram de existir fisicamente. Existiram grandes Representantes de outros países que também deveriam ser recordados nos mesmos níveis; e creio que nossas salas, na realidade, não deveriam ter todos os nomes de todos os Representantes que passaram por aqui e que merecem ser considerados como homens latino-americanos e homens probos na integração.

Pensamos que no caso particular do Embaixador Cisneros se fez por uma distinção muito particular, pois seu falecimento ocorreu na sala e em pleno debate da transformação ALALC-ALADI. Mas, este não deveria ser o método a seguir. Creio que haveria que estudar metodologicamente, com antecipação, saber quais seriam os requisitos mínimos para dar o nome a uma sala, porque nesses casos, então sim, se se reúnem essas condições, seriam analisadas as apresentações dos diferentes candidatos.

Por isso me inclino pela orientação da Representação do Peru de criar um grupo de trabalho ou levar este assunto para ser discutido em nível de Chefes, onde surgiu a proposta do Senhor Representante da Venezuela. Creio que vale a pena trocar idéias antes de que a Secretaria promova iniciativas sem o consenso de todos. Muito obrigado.

Representação do BRASIL (Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, o Senhor Representante da Argentina já disse o que eu pensava dizer. Creio que melhor seria se pudssemos voltar a tratar este assunto em uma reunião informal de Chefes, antes de seguir adiante. Mas, também estaria de acordo, se assim for o

consenso, com esse procedimento de criar uma pequena comissão e daí passar para a reunião de Chefes, informal, onde veremos como prosseguir porque há muitas considerações do tipo, por exemplo, do manifestado pelo Senhor Representante da Argentina, que nos agradaria aprofundar e meditar sobre elas. Muito obrigado.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, como administradora das salas, a Secretaria se preocupa pelo fato de que na realidade existem vários pedidos; se os senhores recordam, há várias sugestões similares e a Secretaria não se sentia nem com a atribuição nem com a facilidade de poder arbitrar de pôr nome de qualquer ilustre pessoa nas salas. Portanto, vê com muita simpatia e como uma necessidade que esse assunto seja tratado de uma forma global.

Creio que aqui devemos que estabelecer critérios para estas denominações, porque agora se começamos a atribuir na medida em que surjam propostas, podemos depois chegar a inconvenientes que nós mesmos e o próprio Comitê pode identificá-las. De tal modo que vê como uma necessidade que esse assunto seja tratado em nível de Chefes de Missão e, eventualmente, criar uma comissão para estabelecer critérios; porque as salas são limitadas e os que têm méritos são, por sorte para nós, muitos. De modo que há que estabelecer critérios; caso contrário, podemos depois chegar à conclusão de que talvez haja ocorrido algum inconveniente ou precipitação.

Essa é uma necessidade, Senhor Presidente, que inclusive eu tinha manifestado pessoalmente a vários dos Embaixadores, inclusive a alguns que tinham apresentado formalmente propostas.

De tal modo que vejo que é indispensável que isso seja feito em nível de Chefes de Missão para estabelecer critérios. Esta é a opinião da Secretaria, Senhor Presidente, como administradora dos bens da Associação.

PRESIDENTE. Escutados os pontos de vista dos diferentes Representantes e da Secretaria-Geral, pediria à Representação da Venezuela, que propôs uma primeira comissão, tivesse a gentileza de sugerir-me ou recordar-me os nomes dos países que propôs.

Representação da VENEZUELA. (Juan Moreno Gómez). Propus: Argentina, Uruguai e Venezuela, que é expoente; mas apoio a proposta feita pela Representação do Brasil para que nos reunamos e que a proposta inicial eu fiz em junta privada de Chefes de Representação, esta comissão presente então à junta formada pelos Chefes de Missão é o resultado das deliberações, em uma primeira aproximação sobre o tema.

PRESIDENTE. Então, a idéia seria que a comissão fizesse a análise, o estudo da proposta ou das diferentes propostas que tivessem sido apresentadas com este propósito e logo passaria a uma reunião privada do Comitê de Representantes. Isso é o que escutei por parte da Representação do Brasil e não sei se é o que o senhor estaria retificando, Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Juan Moreno Gómez). Sim, Senhor Presidente.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Pediria ao amigo Juan se podemos inverter o processo: faríamos uma reunião informal de Chefes, receberíamos as opiniões, veríamos um pouco o parecer geral e depois, se considerassem viável, necessário que um comitê de alguns países analisasse com profundidade essas orientações, passaríamos a esse grupo. Ou seja, que o primeiro que proporíamos é que se fizesse em nível global de Chefes de Representação, de um modo informal.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Para manifestar que estou de acordo com a proposta sugerida por meu distinto colega e amigo, Embaixador da Argentina; e, talvez haja que levar em conta o primeiro critério, nessa comissão, que é morrer aqui. Peço aos colegas que, se estão fora, entrem na sala no momento oportuno.

PRESIDENTE. Então, tendo sido discutidas diferentes alternativas, algumas propostas, e tendo a última formulada pela Representação da Argentina no sentido de que todos os Representantes reunidos em sessão privada poderemos tratar este tema e, se for o caso, nomear uma comissão ad hoc entre os próprios Representantes. Se esta for a idéia geral, submeto à consideração dos Senhores Representante e peço que aqueles que estiverem a favor desta proposição que tenham a gentileza de manifestá-lo.

Vota-se: Unanimidade.

Então, por unanimidade acorda-se que o Comitê de Representantes, em pleno e em sessão privada, estudará esta e outras propostas sobre o tema e decidirá o que considerar pertinente.

Dentro deste ponto a Secretaria-Geral tem o uso da palavra para tratar outro tema.

-Projeto de acordo de alcance parcial para a harmonização de normas e políticas sobre direitos de obtentores de variedades vegetais

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, há um projeto de acordo de alcance parcial para a harmonização de normas e políticas de direitos dos obtentores de variedades vegetais. Este é um ponto importante que diz respeito e se relaciona com o acordo existente de livre circulação de sementes certificadas.

A Secretaria considerou como assunto em pauta este tema; agora estamos distribuindo o documento, e em uma próxima reunião do Comitê nos propusemos, Senhor Presidente, manifestar a respeito e pôr à disposição dos países esse acordo. Queremos justamente informar que faremos uma exposição sobre este tema, se estiverem de acordo.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Não há nenhuma outra Representação que deseje fazer uso da palavra quanto a "assuntos diversos?"

O Governo da República da Venezuela outorga a condecoração da Ordem Francisco de Miranda ao Embaixador Juan Francisco Rojas, Secretário-Geral Adjunto.

Antes de encerrar a sessão quero fazer lembrar aos Senhores Representantes, membros das Representações e pessoas assistentes, que dentro de uns minutos se procederá ao ato protocolar para a condecoração com a Ordem Francisco de Miranda que o Governo da República da Venezuela outorgará ao Senhor Embaixador Juan Francisco Rojas, Secretário-Geral Adjunto. Ao finalizar esta sessão daremos início a esse ato protocolar.

Não havendo outros assuntos a tratar a Presidência dá por encerrada a sessão.

-----